

Mais um duro teste

NELSON ROCHA AUGUSTO

Ao longo do mês de julho, houve várias tentativas do governo e de parcela do empresariado no sentido de desassociar o delicado momento político do aspecto econômico propriamente dito. Exceto nas oscilações frenéticas do mercado financeiro — extremamente sensível —, obteve-se algum êxito em tais tentativas, provavelmente devido à percepção dos agentes econômicos de que algum grau de estabilidade seria necessário.

É forçoso lembrar, no entanto, que esta "estabilidade" exige a dissociação institucional entre o político, o social, o moral e o econômico, o que é endogematicamente insustentável; a não ser em situação de caos absoluto, que não é rigorosamente o objetivo. Em outras palavras, a separação do chamado lado econômico do restante (que parece aceleradamente) serve apenas como um pequeno fôlego, de curíssima duração — com risco de consequências desastrosas.

Muito provavelmente o mês de agosto será extremamente difícil para os gestores da política econômica (e consequentemente para todos) por vários motivos, entre os quais destacaremos os de maior abrangência:

■ A CPI deverá apresentar seu relatório até o final do mês. Caso conclua pelo não envolvimento do presidente da República, restará um inequívoco ponto de interrogação para a sociedade, com reflexos até mesmo nas relações de troca que são a base do sistema econômico. Caso contrário, com a atribuição de responsabilidades ao presidente da República, o impacto nas relações econômicas obviamente será inevitável.

■ O mês de agosto será crucial para que a questão da reforma fiscal avance, pois a fragilidade



financeira do setor público vem novamente ganhando destaque, e sabe-se da insustentabilidade de uma política econômica apoiada apenas no lado monetário. Com a instabilidade fiscal podendo tornar-se cada vez mais clara — dada a dificuldade natural da reforma, agravada pelo momento atual —, as expectativas tenderão, cada vez mais, a provocar impactos na área econômica.

■ Agosto marca, também, a negociação das metas relativas ao segundo semestre de 1992, com o FMI. A não ser possivelmente no conceito de superávit, o Brasil não cumpriu as metas fiscais e de inflação para o primeiro semestre. Espera-se que a complacência do FMI seja reduzida, notadamente porque a espinha dorsal da estabilização, a questão fiscal, ainda estará indefinida. Como o ajuste externo é a principal conquista da equipe econômica atual, este sustentáculo poderá ficar comprometido.

■ O pico da entressafra agrícola é alcançado nesta época e — ainda que a safra tenha sido boa e que a demanda esteja fraca — deverá trazer algum reflexo sobre os preços. Os itens que poderiam sazonalmente apresentar quedas que compensassem a aceleração dos preços agrícolas já foram apresentados em julho, pouco restando para agosto. Haverá, ainda, reflexos da política de recomposição das tarifas públicas nos índices de preços em agosto, mesmo que tal política seja abrandada.

Acreditar que a recessão e a política de juros altos, por mais rigorosas que sejam, darão conta de segurar a elevação dos preços potencialmente impulsionados por todos os motivos expostos, é, no mínimo, esperar muito de quem assola o País.

Agosto, infelizmente, será o mês das bruxas e, talvez, até da caça a elas.

■ **Nelson Rocha Augusto**, economista, é mestrado da PUC-SP e gerente do Departamento de Economia do Banco Votorantim.